

Estados não aceitam descentralização

O secretário-geral adjunto do Ministério da Previdência, Antônio José Guerra, observa que, nas regiões do Sul e Sudeste há mais recursos alocados para o setor de saúde, o que facilita a implantação do Suds. "Mas para o Norte e Nordeste, a participação com recursos próprios para o sistema é mínima", analisa Guerra. Ele levanta como outro ponto de frenagem para a implantação total do Suds a resistência de alguns estados em descentralizar os serviços de saúde, encampando a proposta da municipalização e afirma estar aí um grave risco de inviabilização do programa.

"São questões políticas", assegura o secretário-geral adjunto, lembrando, entretanto, que alguns estados estão avançando bastante na proposta de descentralização, se não municipalizando, ao menos fazendo com que os municípios adiram ao programa. E cita como exemplos São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Ceará.

PROBLEMA

Entretanto, o maior problema para a implantação do Suds neste ano foi o grande atraso na liberação dos recursos. Para que se tenha uma idéia, as verbas referentes aos me-

ses de janeiro e fevereiro somente saíram em maio. E o Ministério da Previdência está em vias de liberar a parcela relativa ao mês de abril.

"Nós consideramos normal a defasagem de dois meses no pagamento das parcelas, mas devido a problemas de irregularidade no caixa da Previdência, atrasamos muito", confessa Guerra, lembrando a dependência do Tesouro Nacional e que as verbas do MPAS servem também aos aposentados e pensionistas.

Embora não se comprometa a afirmar que haverá uma verba maior para o Suds este ano, Antonio Guerra espera que, até o final de 1989, o total real de recursos atinja pelo menos a mesma quantidade dos valores alocados em 1988.

Com o aumento dos valores das pensões e aposentadorias, o MPAS deverá fechar o ano com um déficit da ordem de NCz\$ 4,5 bilhões se não forem adotadas medidas tais como o repasse de verbas por parte da União, a transferência das verbas do Finsocial para a Previdência e a taxação sobre o lucro das empresas. "O que nós somos contra é o aumento das alíquotas do trabalhador para cobrir o déficit. Isso é idéia do pessoal da área de finanças do gover-

no", diz Guerra.

"Se fossem incluídas as empresas exportadoras entre aquelas que pagam o Finsocial, poderíamos muito bem engrossar o volume de recursos à disposição da Previdência Social e revertê-los para o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde", afirma.

Mas o MPAS tem que lutar contra a própria resistência das estruturas que tem ao redor de si. Uma das mais fortes provém do próprio Inpamps, que sabe estar destinado à extinção na medida em que a descentralização dos serviços de saúde progride. O MPAS vê isso como uma resistência natural das estruturas e das pessoas.

Outra questão séria que o Suds precisa combater é a da prestação de contas das entidades conveniadas. O desvio de verbas e a falta de prestação de contas corretamente feitas também ajudam a prejudicar o sistema. "A questão da prestação de contas será resolvida através da Lei Orgânica de Saúde. Enquanto isso não acontece, nós vamos trabalhando de maneira a capacitar tecnicamente o pessoal diretamente ligado à área para que os atrasos sejam evitados".